

As crises econômicas, em diferentes formas, são corriqueiras, mas, nada se compara às consequências da pandemia atual. O pós-pandemia, que poderá ser comparado a um pós-guerra em escala global, além de investimentos para a retomada econômica, requererá exames completos dos modelos de negócios e o fortalecimento dos setores que possam contribuir para a pronta recuperação da vida social. A crise da Covid-19 também trouxe uma série de restrições e desorganização aos mercados. Ainda que muitas tenham se revelado temporárias como, por exemplo, as empresas marítimas praticarem a navegação em branco, a pandemia deixará marcas permanentes nas estruturas dos mercados com ênfase na integração vertical e na transformação digital. Também deixará mudanças nos hábitos de consumo e na percepção da questão ambiental. Por exemplo, relatórios da Euromonitor e pesquisa da Universidade de Columbia sugerem que os consumidores relacionam imunidade com o consumo regular de frutas e hortaliças frescas e com a poluição atmosférica.

O futuro da economia, que já vinha sendo redefinido de outras maneiras, foi acelerado pela pandemia. Ao intensificar as forças geopolíticas e econômicas já em ação, a pandemia deixará marcas duradouras na economia global e o verde poderá ser o mote principal. Por exemplo, na esteira da pandemia, a Comissão Europeia está considerando levar adiante a proposta de estabelecer um imposto sobre o carbono nas importações. Esse imposto poderá redefinir a competitividade global em uma série de setores, especialmente se acompanhado pelos Estados Unidos.

Não é por acaso que a economia global valoriza, hoje, o investimento verde, a pandemia apenas acelerou uma onda já identificada pelo Clube de Roma na década de 1970. As ondas de inovação capitalistas, que vão desde a energia a vapor às redes digitais, trouxeram prosperidade para muitas nações, multiplicando o rendimento do trabalho por algumas centenas de vezes em relação aos valores que prevaleciam em 1785. Após séculos de ganhos de produtividade da mão de obra, o sistema dá sinais de esgotamento e a atenção se desloca para os recursos naturais havendo, em escala mundial, crescente inquietação quanto à capacidade de suporte dos recursos naturais. As propostas de uma nova ordem econômica, calcada numa concepção abrangente do desenvolvimento sustentável com ênfase na produtividade dos recursos naturais, ganham destaque. Esse cenário sugere que a

prosperidade no futuro será cada vez mais multifacetada tendo como pivô a utilização dos recursos ambientais de forma mais produtiva e socialmente mais justa.

Reiterando a onda do capitalismo verde, segundo o Bank for International Settlements, o aumento nos eventos climáticos extremos inflou em 20% a taxa de risco dos investimentos durante as últimas duas décadas. Essa realidade incentivou empréstimos de baixo custo, acompanhados de instrumentos de gestão de risco, para ambientes desafiadores. A linha de crédito verde, além de espriar o acrônimo ESG (Environmental, Social and Governance), originário do sistema financeiro, a toda a economia, é um excelente negócio, pois, além de possibilitar uma nova onda de investimentos, contribuiu para mitigar o risco.

Alguns países menos desenvolvidos na África e na Ásia, além da China, têm sido os maiores receptores do financiamento verde. Já o Brasil, está no outro extremo, apesar de 74% dos brasileiros terem muito ou algum interesse em meio ambiente e 78% se mostrarem pouco ou nada satisfeitos com a preservação ambiental no país. O Brasil, tido como uma 'potência ambiental' não deveria se beneficiar tão pouco: os investimentos verdes vêm aumentando no país, mas, em ritmo insuficiente. Em 2012, menos de 18% do crédito a pessoas jurídicas era direcionado às atividades enquadradas em Economia Verde. Em 2020, essa participação subiu para 22%. Na outra ponta, atividades com maior exposição ao risco ambiental, viram sua participação cair de 50%, em 2012, para 44% da carteira.

O Brasil já pagou um preço elevado por ser uma das economias mais fechadas do mundo, é chegada a hora de reverter essa situação embarcando na onda verde, mas, o que fazer no pós-pandemia?

A Amazonia e o Pantanal são uma prioridade em desenvolvimento que já mobiliza a sociedade global e, portanto, afeta a soberania nacional. Não se trata de discussões fragmentadas sobre desmatamento, pobreza ou logística. Trata-se de estabelecer um projeto para o desenvolvimento sustentável dos biomas, tendo por objetivos a geração de bem-estar social com base na geração de emprego e de renda, respeitando os limites dos recursos naturais. No caso do Pantanal, além da

promoção de atividades latentes, é preciso atenção com a preservação do ciclo das águas que vem sendo comprometido pela degradação ambiental no Cerrado.

Nos demais biomas (Cerrado, Mata Atlântica e Pampa), as possibilidades que a bioeconomia e a economia circular geram são inúmeras. Por exemplo, o reuso da água, a reciclagem e compostagem do lixo e a geração distribuída de energia elétrica por meio de coletores solares residenciais, é uma alternativa para geração de emprego e renda em linha com os pressupostos do capitalismo verde.

A China vem surfando na onda verde. Pequim anunciou o objetivo de zerar suas emissões líquidas de carbono até 2060. O recém-lançado Plano Quinquenal (2021-2025) também traz metas ligadas à transição energética do país, que demandarão uma série de transformações estruturais em que a sustentabilidade é o elemento central. O redirecionamento a um mundo mais sustentável – e no qual a China tem um papel de liderança cada vez mais claro – traz uma série de oportunidades e desafios para o Brasil, tendo em vista as diversas sinergias bilaterais nas agendas de comércio, investimentos e cooperação tecnológica entre os dois países.

O desafio maior está em estender as pontes entre o investimento verde e as fontes privadas, no momento às voltas com poucas oportunidades de obter retornos compatíveis com suas exigências. Para tanto, é necessário: i) o desenvolvimento de projetos estruturados, com riscos e retornos em conformidade com as preferências dos investidores; e ii) reduzir drasticamente os riscos legais, regulatórios e políticos. O contraste entre a escassez de opções verdes para investimento, particularmente em economias como o Brasil, e o excesso de poupança aplicada em formas líquidas e de baixo retorno na economia global merece ser confrontado. ‘Verdejar’ a economia e desenvolver a Amazonia e o Pantanal são bons negócios para o Brasil.